

EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA SOBRE SAÚDE E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

SCHOOL PHYSICAL EDUCATION AND ANTI-RACIST EDUCATION: AN INTEGRATIVE REVIEW ON HEALTH AND ETHNIC-RACIAL RELATIONS

EDUCACIÓN FÍSICA ESCOLAR Y EDUCACIÓN ANTIRRACISTA: UNA REVISIÓN INTEGRADORA SOBRE SALUD Y RELACIONES ÉTNICO-RACIALES

Danilo Peneluc Pita Bomfim¹, Marcelo Souza Oliveira², Christiane Freitas Luna³, Aloisio dos Santos Oliveira⁴, Sidinei da Silva Araújo⁵, Antonio Carlos Santos Silva Pinheiro⁶

DOI: 10.54899/dcs.v23i94.6668

Recibido: 14/07/2026 | Aceptado: 10/08/2026 | Publicación en línea: 18/08/2026.

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar as evidências disponíveis na literatura sobre as contribuições da Educação Física escolar para a promoção da saúde, a educação antirracista e o enfrentamento das desigualdades étnico-raciais no contexto escolar. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, estruturada a partir da estratégia PICO. Foram consultadas as bases BVS/LILACS, SciELO, Portal de Periódicos CAPES, PubMed/MEDLINE, ERIC e Redalyc, considerando estudos publicados em português, espanhol ou inglês a partir de 2003. Foram incluídos estudos primários com abordagem quantitativa, qualitativa ou de métodos mistos, desenvolvidos no contexto da Educação Física escolar e relacionados à saúde, às relações étnico-raciais e/ou à educação antirracista. A busca inicial identificou 222 registros, dos quais 08 estudos foram inicialmente selecionados para análise. Após a aplicação dos critérios de elegibilidade definidos para esta revisão, os estudos serão submetidos à avaliação metodológica e à síntese temática dos achados. Espera-se identificar evidências sobre as práticas pedagógicas, os desafios e as possibilidades da Educação Física escolar na promoção da equidade étnico-racial e na construção de práticas educativas antirracistas.

Palavras-chave: Educação Física. Educação Antirracista. Relações Étnico-Raciais. Promoção da Saúde. Racismo.

¹ Mestrando em Educação Física Escolar pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Jequié, Bahia, Brasil. E-mail: profdaniopeneluc@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-3271-583X>

² Pós-doutorando em Educação pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano), Catu, Bahia, Brasil. E-mail: historiadormarcelo@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-017-8896>

³ Doutora em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Jequié, Bahia, Brasil. E-mail: Christiane.luna@uesb.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7752-883X>

⁴ Mestre em Educação Física Escolar pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Jequié, Bahia, Brasil. E-mail: aloisio8@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-6349-0813>

⁵ Mestrando em Educação Física Escolar pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Jequié, Bahia, Brasil. E-mail: sidsaraujos@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-3974-5332>

⁶ Doutor em Ciências da Saúde pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Jequié, Bahia, Brasil. E-mail: antonio.silva@uesb.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5012-6398>

ABSTRACT

This study aimed to analyze the evidence available in the literature regarding the contributions of school-based Physical Education to health promotion, anti-racist education, and addressing ethnic-racial inequalities within the school context. It is an integrative literature review structured using the PICO strategy. The databases consulted included BVS/LILACS, SciELO, the CAPES Journal Portal, PubMed/MEDLINE, ERIC, and Redalyc, covering studies published in Portuguese, Spanish, or English from 2003 onwards. Primary studies employing quantitative, qualitative, or mixed-methods approaches - conducted within the context of school-based Physical Education and related to health, ethnic-racial relations, and/or anti-racist education - were included. The initial search identified 222 records, of which 08 studies were initially selected for analysis. Following the application of the review's eligibility criteria, the studies will undergo methodological assessment and a thematic synthesis of the findings. The study expects to identify evidence regarding pedagogical practices, challenges, and possibilities within school-based Physical Education for promoting ethnic-racial equity and developing anti-racist educational practices.

Keywords: Physical Education. Anti-racist Education. Ethnic-Racial Relations. Health Promotion. Racism.

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo analizar la evidencia disponible en la literatura sobre las contribuciones de la Educación Física escolar a la promoción de la salud, la educación antirracista y el abordaje de las desigualdades étnico-raciales en el contexto escolar. Se trata de una revisión integradora de la literatura, estructurada a partir de la estrategia PICO. Se consultaron las bases de datos BVS/LILACS, SciELO, Portal de Periódicos CAPES, PubMed/MEDLINE, ERIC y Redalyc, considerando estudios publicados en portugués, español o inglés a partir de 2003. Se incluyeron estudios primarios con enfoque cuantitativo, cualitativo o de métodos mixtos, desarrollados en el contexto de la Educación Física escolar y relacionados con la salud, las relaciones étnico-raciales y/o la educación antirracista. La búsqueda inicial identificó 222 registros, de los cuales 8 estudios fueron seleccionados inicialmente para su análisis. Tras aplicar los criterios de elegibilidad definidos para esta revisión, los estudios se someterán a una evaluación metodológica y a una síntesis temática de los hallazgos. Se espera identificar evidencia sobre las prácticas pedagógicas, los desafíos y las posibilidades de la Educación Física escolar en la promoción de la equidad étnico-racial y en la construcción de prácticas educativas antirracistas.

Palabras clave: Educación Física. Educación Antirracista. Relaciones Étnico-Raciales. Promoción de la Salud. Racismo.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

A Educação Física escolar constitui componente curricular da Educação Básica e, ao longo de sua trajetória, passou por diferentes concepções acerca do corpo, do movimento, da cultura e da saúde. Essas transformações estiveram relacionadas aos contextos históricos e às diferentes perspectivas pedagógicas que orientaram a área. No campo da saúde, entretanto, ainda coexistem concepções distintas, que vão desde abordagens centradas na aptidão física e no desempenho até perspectivas ampliadas, que compreendem a saúde em sua relação com as condições sociais, culturais e territoriais dos sujeitos (Darido, 2012; Mantovani; Maldonado; Freire, 2021).

A compreensão ampliada da saúde é particularmente relevante para a Educação Física escolar porque as possibilidades de participação em práticas corporais não são distribuídas de maneira homogênea entre os diferentes grupos sociais. Condições econômicas, territoriais, culturais e de gênero interferem no acesso aos espaços, equipamentos e oportunidades de realização de atividades físicas. Nesse sentido, a promoção da saúde não pode ser reduzida à responsabilização individual pela adoção de comportamentos considerados saudáveis, uma vez que as condições concretas de vida produzem diferentes possibilidades de escolha, participação e permanência nas práticas corporais. A perspectiva de uma epistemologia decolonial para a pesquisa em atividade física e saúde contribui para questionar abordagens universalizantes e reconhecer os determinantes sociais que atravessam essas experiências (Palma; Santos Araújo; Rodrigues, 2023).

Essa discussão ganha complexidade quando incorporada a dimensão racial. No Brasil, as desigualdades sociais e raciais estruturam diferentes condições de acesso a bens, serviços, espaços urbanos e oportunidades de participação social. A noção de divisão racial do espaço, discutida por Gonzalez (2020), permite compreender como a distribuição desigual da infraestrutura urbana, da moradia, do saneamento, da mobilidade e dos equipamentos públicos repercute nas condições de vida e saúde da população negra. Desse modo, o acesso às práticas corporais também deve ser compreendido como fenômeno atravessado pelas relações sociais e raciais que organizam os territórios.

No contexto escolar, essas desigualdades também se expressam nas experiências corporais dos estudantes. Estudos recentes evidenciam que raça, gênero, classe social e território estão associados às condições de participação nas aulas de Educação Física. Martins, Vasquez e

Mion (2023), por exemplo, identificaram diferenças no tempo destinado à atividade física segundo características relacionadas à raça, classe, gênero, rede de ensino e localização territorial, evidenciando que estudantes negros, estudantes de escolas públicas e estudantes da zona rural podem vivenciar condições menos favoráveis de participação nas aulas.

Nesse cenário, discutir Educação Física escolar implica também problematizar os modos como os corpos são representados, valorizados e reconhecidos no currículo. A perspectiva antirracista desloca a discussão de uma simples inclusão de conteúdos sobre a população negra para uma reflexão mais ampla sobre currículo, conhecimento, identidade, corporeidade e relações de poder. Mattos e Monteiro (2021) defendem, nesse sentido, a construção de um currículo insurgente e afroreferenciado, capaz de incorporar conhecimentos e práticas corporais de matriz africana e afro-brasileira e de tensionar referências eurocentradas que historicamente orientaram a educação.

Depois de mais de 20 anos da promulgação da lei 10.639/2003 podemos afirmar que a educação ainda caminha lentamente no trato deste conhecimento na dinâmica escolar, salvo algumas exceções. Assim como as outras áreas a Educação Física escolar ainda está percorrendo uma trajetória de construção em um caminho pedagógicos pautadas na lei 10.639, assim como em proposições antirracistas e étnico-raciais. A educação das relações étnico-raciais encontra respaldo legal na Lei nº 10.639/2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica. Mais de duas décadas após sua promulgação, contudo, sua efetivação permanece marcada por desafios relacionados à formação docente, à organização curricular e à incorporação efetiva das relações étnico-raciais às diferentes áreas do conhecimento.

Na Educação Física, esse processo demanda o reconhecimento das práticas corporais como manifestações culturais e espaços de produção de identidade, memória, pertencimento e resistência. A perspectiva antirracista, portanto, não se limita à inserção episódica de conteúdos de matriz africana e afro-brasileira. Essa abordagem aproxima a Educação Física da perspectiva interseccional e amplia as possibilidades de construção de práticas pedagógicas comprometidas com a equidade.

A Educação Física apresenta, nesse sentido, potencial estratégico para a construção de uma educação antirracista, uma vez que trabalha diretamente com o corpo, as práticas corporais e diferentes formas de expressão cultural. A tematização da capoeira, do jongo, das danças, dos jogos, das lutas, dos esportes e de outras manifestações de matriz africana e afro-brasileira pode

contribuir para ampliar a representação das culturas negras no currículo e favorecer experiências de pertencimento. Entretanto, a simples presença desses conteúdos não assegura uma prática antirracista, sendo necessária sua abordagem histórica, cultural e crítica, de modo a evitar perspectivas folclorizantes ou descontextualizadas.

A literatura recente também aponta aproximações entre racismo, práticas corporais e saúde. Entretanto, permanece menos explorada a articulação empírica entre Educação Física escolar, educação antirracista e promoção da saúde, especialmente no que diz respeito aos efeitos de práticas pedagógicas antirracistas sobre a participação, o bem-estar, a saúde física e mental e o pertencimento dos estudantes. Essa lacuna torna-se relevante diante da necessidade de compreender a Educação Física escolar para além de uma perspectiva centrada exclusivamente no desempenho motor ou na aptidão física.

Uma abordagem comprometida com a equidade racial requer considerar os determinantes sociais da saúde, as desigualdades de acesso às práticas corporais e as formas de representação e valorização dos diferentes corpos e culturas no espaço escolar. Assim, a educação antirracista e a promoção da saúde podem ser compreendidas como dimensões articuladas de uma Educação Física comprometida com a formação integral dos estudantes.

Diante desse contexto, torna-se pertinente sistematizar a produção científica existente e identificar tanto as contribuições quanto as lacunas presentes nesse campo de investigação. Assim, este estudo teve como objetivo analisar as evidências disponíveis na literatura sobre as contribuições da Educação Física escolar para a promoção da saúde, a educação antirracista e o enfrentamento das desigualdades étnico-raciais no contexto escolar.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Educação Física como componente curricular do eixo comum da Educação Básica no Brasil passou por mudanças a partir das ênfases sociopolíticas que vigoraram em diferentes momentos históricos e que influenciaram o fazer pedagógico e a forma com que o tema da saúde foi retratado. Mantovani, Maldonado e Freire (2021) afirmam que ainda hoje existem diversos olhares e representações deste conteúdo. Em contrapartida existem locais onde conteúdo é negligenciado. Podemos inferir que os diferentes momentos formativos influenciam bastante nos discursos e práticas dos professores de Educação Física, devido a referencial teórico e o contexto histórico vivido naquele momento.

Todavia a visão dualista, que dissocia a mente do corpo, privilegiando um em detrimento da outra, sem valorizar as suas conexões, contribuiu para que a Educação Física fosse socialmente posicionada como um componente menos importante em relação aos outros. Ao se valer do modelo esportivo como predominante, alguns professores tendem a somente avaliar os estudantes por meio de avaliações antropométricas, do desempenho físico e das capacidades motoras, e é neste momento que os elementos sobre o conhecimento da saúde tendem a aparecer no período letivo (Darido, 2012), sem estimular os estudantes a pensar criticamente sobre a realidade territorial e comunitária, deixando também de trazer para dentro da escola o repertório cultural dos estudantes.

Um exemplo sobre simplificação do discurso está nas seguintes afirmações: “Toda atividade física conta”. “Basta ter força de vontade para sair do sedentarismo” (Palma; Santos; Rodrigues, 2023). Está é uma afirmação questionável e superficial visto que tenta universalizar as realidades através de uma perspectiva meritocrática. Deixando de analisar pensar e analisar pluralidades das existências e desigualdades que estão presentes dentro e fora da escola e consequentemente nas aulas da educação física escolar. Raça, gênero, classe social e território constituem marcadores que interferem nas possibilidades de acesso, permanência e participação em atividades físicas. Plácido *et al.* (2025), ao discutirem as barreiras ao acesso à atividade física, articulam racismo estrutural, sexismo e necropolítica para demonstrar como essas dimensões produzem desigualdades na participação em práticas corporais.

Os autores identificam maior prevalência de inatividade física entre a população preta, especialmente entre mulheres negras, relacionando esse fenômeno às condições concretas de vida. A precariedade ou inexistência de equipamentos públicos de qualidade nos bairros periféricos, as jornadas extensas de trabalho e de cuidado, o medo do assédio e da violência sexual e os estereótipos associados à criminalização da população negra constituem barreiras que ultrapassam a dimensão da escolha individual.

A discussão sobre território amplia a compreensão dessas desigualdades. O direito à circulação e à permanência nos espaços urbanos é condicionado por marcadores sociais que produzem diferentes possibilidades de apropriação da cidade. A reflexão de Albergaria (2021), mobilizada pelos autores, permite compreender que mobilidade e acesso aos espaços de prática corporal também são atravessados pelas desigualdades sociais. Nessa perspectiva, a divisão racial do espaço discutida por Lélia Gonzalez (2020) contribui para compreender como a distribuição desigual de moradia, infraestrutura, saneamento, mobilidade e equipamentos públicos repercute

nas condições de saúde e nas possibilidades de realização de práticas corporais pela população negra.

Essa desigualdade também se manifesta no espaço escolar. A escola é uma instituição que atende a diversos interesses sendo regida por leis nacionais e estaduais que regulamentam e traçam diretrizes a serem seguidas. Toda diretriz possui bases teóricas que fundamentam suas intencionalidades, sendo que, para entender a intenção é preciso saber onde se quer chegar a partir das bases do projeto político de nação vigente. Em *Peles Negras e Máscaras Brancas*, Fanon (2008, pos. 360) aponta a escola como uma das instituições de controle e de branqueamento simbólico através da moldagem dos comportamentos, dos códigos morais da linguagem e de códigos acadêmicos vigentes. O autor, ao se posicionar a partir do seu local social e contexto histórico, cita que nas Antilhas os professores monitoravam os estudantes de perto para que falassem francês ao invés do crioulo, língua local.

Um dispositivo de racialidade que se manifesta de diferentes formas na realidade escolar atual e que podemos nomear como epstemídio. Termo cunhado por Sueli Carneiro para definir o dispositivo de racialidade que desvaloriza valores culturais, conhecimentos, as culturas corporais em detrimento a valorização da cultura eurocêntrica, somada aos casos de racismo negligenciados nas escolas e as diferentes formas de tratamento dos agentes de poder na escola entre o alunado negro em comparação ao branco.

Ainda é comum ouvir as pessoas afirmando que a escola é um ambiente cruel, quando na verdade deveria ser o oposto. Entretanto sabemos que o racismo, presente na escola e fora dela, é um princípio que desumaniza grupos sociais dominados com a intenção de privilegiar os grupos dominantes. É um sistema de grandes proporções e foi estruturado para garantir a manutenção do poder dos grupos privilegiados, representados pela cultura patriarcal do Norte global (Maldonado-Torres, 2019, pos.768).

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, conduzida com o objetivo de identificar, reunir, analisar e sintetizar as evidências disponíveis acerca das contribuições da Educação Física escolar para a promoção da saúde e para o enfrentamento do racismo e das desigualdades étnico-raciais no contexto escolar. A questão norteadora foi estruturada em torno da seguinte questão: “Quais são as evidências disponíveis na literatura sobre as contribuições da Educação Física

escolar para a promoção da saúde e para o enfrentamento do racismo e das desigualdades étnico-raciais no contexto escolar?”.

Foi utilizado a estratégia PICO, considerando como população (P) estudantes e comunidade escolar inseridos no contexto da Educação Física escolar; como intervenção ou exposição (I) práticas pedagógicas, conteúdos, estratégias e experiências de Educação Física escolar orientadas à promoção da saúde, à educação antirracista e às relações étnico-raciais; como comparação (C), quando disponível, práticas pedagógicas convencionais ou não orientadas à equidade étnico-racial; e como desfechos (O) a promoção da saúde, o enfrentamento do racismo e da discriminação racial.

A busca bibliográfica foi realizada nas bases de dados e repositórios BVS/LILACS, SciELO Brasil, Portal de Periódicos da CAPES, Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, PubMed/MEDLINE, ERIC e Redalyc. A seleção das fontes considerou a natureza interdisciplinar do objeto investigado, situado na interface entre Educação Física escolar, saúde e relações étnico-raciais. Os descritores e operadores booleanos utilizados foram: "Educação Física escolar" OR "Educação Física" OR "Physical Education" AND "educação antirracista" OR antirracismo OR racismo OR "relações étnico-raciais" OR "racial relations" AND saúde OR "promoção da saúde" OR "health promotion".

Os critérios de elegibilidade utilizados incorporaram artigos originais publicados e disponíveis em português, espanhol ou inglês, produzidas a partir de 2003, ano de promulgação da Lei nº 10.639/2003, que apresentassem relação com a Educação Física escolar e abordassem, de forma articulada ou combinada, os eixos Educação Física escolar, saúde e relações étnico-raciais/antirracismo. Foram excluídos estudos relacionados exclusivamente ao esporte de alto rendimento sem vinculação com o contexto escolar; estudos sobre saúde da população negra sem articulação com a Educação Física escolar; trabalhos de conclusão de curso de graduação, artigos de revisão, relatos de experiência, dissertações e teses.

O processo de identificação e seleção dos estudos foi organizado em etapas de identificação, remoção de duplicidades, triagem, avaliação da elegibilidade e inclusão. Foram identificados inicialmente 222 registros nas bases e repositórios consultados. Após a remoção de 11 registros duplicados, 211 publicações foram submetidas à triagem. Nessa etapa, 186 registros foram excluídos por não atenderem ao escopo temático ou aos critérios de idioma. Na etapa de elegibilidade, 18 textos completos foram avaliados, dos quais, 08 foram excluídos por apresentarem foco restrito e não estabelecerem articulação suficiente com os eixos Saúde,

Antirracismo e Educação Física escolar. Ao final, 08 estudos foram incluídos na revisão.

Os dados dos estudos incluídos foram organizados em instrumento padronizado de extração, contemplando título, autoria, ano de publicação e periódico (Tabela 1) e população, objetivo do estudo, desenho metodológico e principais resultados (Tabela 2).

Tabela 1: Distribuição dos periódicos Segundo critérios estabelecidos. 2026

N	Título	Autoria	Ano de Publicação	Periódico
	Associações entre gênero, classe e raça e participação nas aulas de Educação Física	Martins M Z Vasquez V L Mion M P L	2023	RBAFS
	Educação Física: corpos negros e insurgências epistêmicas	Mattos I G de Monteiro, P T	2021	RBCE
	Educação Física escolar e interseccionalidades: da coeducação ao antirracismo	Corsino L N Barreto S M Venâncio L Sanches Neto L Conceição W L	2024	RBCE
	Práxis docente para uma Educação Física Escolar antirracista	Silva V C da Saura S C Zimmermann A C	2025	RBEFE USP
	Por uma Educação Física Antirracista	Nóbrega C	2020	RBEFE USP
	O racismo estrutural e seu impacto na saúde do adolescente afrodescendente brasileiro	Santos I N dos Black T L de P Silva K V Santos C F F.	2024	Physis/IMS UERJ
	Rumos da pesquisa brasileira em Educação Física escolar e a interseccionalidade	Cortes S G de O Pereira M C	2024	Corpoconsciência UFMT
	Acenos para uma EFE antirracista: caminhos árduos após 20 anos da Lei nº 10.639/2003	Oliveira R L de Silvino F C Finoqueto L C P	2023	Revista Cocar UEPA

Fonte: Elaborado pelos autores.

Tabela 2. Distribuição dos periódicos Segundo critérios estabelecidos. 2026.

Nº	Estudo	População	Objetivo	Desenho Metodológico	Principais resultados
1	Martins M Z, Vasquez V L, Mion M P L.	Estudantes brasileiros na faixa etária entre 13 aos 17 anos	Descrever e analisar as associações entre relações de gênero, classe e raça na participação nas aulas de EF no Brasil.	Pesquisa quantitativa e qualitativa utilizando os Dados da Pesquisa Nacional de saúde Escolar (PeNSE) 2015-2019	Estudante de escolas públicas, estudantes da zona rural e pessoas negras tem menos tempos de atividade física do que estudantes de escolas particulares. Meninas, em todas as variáveis da pesquisa sempre tiveram menos tempo de atividade física do que os meninos nas aulas de educação física. Os estudantes da região sul e sudeste tem mais de atividade física do que os da região Norte e Nordeste.
2	Mattos I G de, Monteiro P T.	Não descreve grupo específico	Refletir sobre a construção de um currículo insurgente pautado no ensino das relações étnico-raciais, trazendo aos conteúdos da Educação Física os estudos afroreferenciados e culturais.	Ensaio teórico com base qualitativa e decolonial.	Embora a proposta apresente caminhos importantes para a construção de práticas pedagógicas afroreferenciadas, o estudo não apresenta dados empíricos sistematizados capazes de mensurar os efeitos dessas estratégias sobre indicadores de saúde ou participação dos estudantes
3	Corsino L N, Barreto S M, Venâncio L, Sanches Neto L, Conceição W L da	Estudantes do Ensino Médio integrado do curso de informática do IFCE-Campus Fortaleza	Análise teórico-empírica sobre educação física escolar e interseccionalidade ao situar a experiência mimética de tematização das relações raciais nas aulas de educação física por meio de um relato autobiográfico docente.	Relato autobiográfico e de narrativas docentes em uma prática coeducativa de ensino aprendizagem.	A partir da intervenção pedagógica em um processo de coedução foi possível perceber a identidade e as narrativas analíticas dos estudantes sobre interseccionalidade.
4	Silva V C da, Saura S C, Zimmermann A C.	Não descreve grupo específico.	Destacar elementos que auxiliem a construir uma Educação Física Antirracista, contribuindo para a reflexão sobre as possibilidades de uma práxis docente libertadora.	Análise de referencial teórico em afroperspectiva e decolonial seguido de estudo de campo com grupo focal	As autoras apontam caminhos para uma educação Física antirracista a partir do reconhecimento da diferença, da circularidade e da corporeidade e oralidade. Um olhar que desconstrua a perspectiva cartesiana e passe a trazer para o cotidiano valores em afroperspectiva
5	Nóbrega C.C de.	Não descreve grupo específico.	Discute a contribuição dos docentes negros de Educação Física no exercício da pedagogia da diversidade.	Análise de conteúdo e entrevistas semiestruturadas	Os resultados apontaram os saberes necessários para a construção da educação física antirracista; o reconhecimento das coordenadoras pedagógicas, que perceberam a contribuição das aulas de educação física na construção da

					identidade afro-brasileira dos discentes e o processo de apropriação das questões étnico-raciais na área em defesa da educação em e para os direitos humanos negros.
6	Santos I N dos, Black T L de P, Silva K V, Santos C F F.	Pesquisadores em saúde coletiva e educadores.	Refletir sobre como o racismo estrutural impacta na saúde dos adolescentes afrodescendentes brasileiros	Ensaio Teórico reflexivo de natureza Qualitativa	No que diz respeito a saúde os jovens negros as autoras destacaram maiores percentuais nos impactos físicos e psíquicos (taquicardia, ansiedade, depressão) e menor acesso aos serviços de saúde. Destacam que a taxa de conclusão do ensino médio entre preto e pardos é significativamente menor que entre brancos. Identificaram que as meninas sofrem mais discriminações de raça e gênero e são os principais alvos de violência sexual.
7	Cortes S G de O, Pereira M C.	Professores e pesquisadores da Educação Física escolar	Mapear os estudos sobre a Educação Física escolar e a interseccionalidade em periódicos nacionais e dissertações elaboradas no âmbito do Programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional (PROEF) entre os anos de 2013 e 2023.	Qualitativa, descritiva e reflexiva (Pesquisa bibliográfica)	Os resultados apontam para uma variedade de trabalhos que tratam de classe, raça e gênero, alguns deles sem utilizar o termo interseccionalidade, porém são poucos os estudos que propõem uma abordagem interseccional para esses marcadores.
8	Oliveira R L de, Silvino F C, Finoqueto L C P.	Professores e pesquisadores da Educação Física escolar	Analisar quantitativamente e qualitativamente o que vem sendo produzido/pesqui sado nos últimos tempos sobre uma Educação Física antirracista com a implementação da Lei nº 10.639/2003 que incluiu a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira na educação básica.	Qualitativa e quantitativa	Sinalizam que foi identificando um pequeno diálogo existente entre a Educação Física e a Lei n.º 10.639/2003, mesmo sendo a Educação Física um campo de estudo com uma amplitude de práticas que possibilitam esse entrelaçamento.

Fonte: Elaborado pelos autores.

A síntese dos achados foi realizada de forma descritiva e temática, considerando as características e a heterogeneidade metodológica dos estudos incluídos. Os resultados foram agrupados segundo os principais núcleos temáticos identificados na literatura, possibilitando a análise das evidências sobre a relação entre Educação Física escolar, promoção da saúde, educação antirracista e enfrentamento das desigualdades étnico-raciais.

Durante o processo de elaboração deste manuscrito, foram utilizadas ferramentas de inteligência artificial generativa como recurso de apoio à organização da estrutura textual, ao aprimoramento da redação acadêmica e à sistematização inicial dos elementos metodológicos da revisão. A utilização dessas ferramentas não substituiu a análise crítica dos autores, a seleção e avaliação dos estudos, a interpretação dos achados ou a tomada de decisões metodológicas e científicas. Todo o conteúdo produzido com auxílio de inteligência artificial foi revisado, validado e editado pelos autores, que assumem integral responsabilidade pelo conteúdo final do manuscrito, pela precisão das informações apresentadas e pela integridade científica do trabalho.

RESULTADOS

A análise do corpus permitiu identificar quatro núcleos temáticos relacionados à Educação Física escolar e às relações étnico-raciais: (1) racismo e discriminação nas práticas corporais; (2) Educação Física escolar e relações étnico-raciais; (3) práticas pedagógicas antirracistas; e (4) Educação Física, saúde e desigualdades raciais. Os estudos analisados evidenciam que raça, gênero, classe social e território atravessam as experiências corporais e educacionais, produzindo diferentes condições de acesso, participação, representação e pertencimento.

Racismo e Discriminação nas Práticas Corporais

Os estudos analisados evidenciam que a participação em práticas corporais não ocorre em condições socialmente neutras. Martins, Vasquez e Mion (2023), ao analisarem as associações entre gênero, classe e raça e a participação nas aulas de Educação Física, identificaram diferenças no tempo semanal destinado à atividade física entre os estudantes. Os resultados apontam desigualdades relacionadas à raça, à classe social, à dependência administrativa da escola, à região do país e à localização urbana ou rural.

Os estudantes negros apresentaram, em determinados contextos, menor tempo semanal de atividade física em comparação aos estudantes brancos, enquanto estudantes vinculados às escolas públicas também estiveram submetidos a condições distintas daquelas observadas nas escolas privadas. As diferenças regionais indicaram menor tempo de atividade física na região Nordeste em comparação às regiões Sul e Sudeste, enquanto estudantes residentes em áreas rurais apresentaram condições menos favoráveis em relação aos estudantes de áreas urbanas e capitais.

O estudo também evidencia que as desigualdades de participação não podem ser compreendidas exclusivamente a partir da dimensão racial. As diferenças entre meninos e meninas estiveram presentes em diferentes variáveis e localidades analisadas. Os autores relacionam esse resultado à generificação das aulas, especialmente quando a organização pedagógica reproduz modelos esportivos baseados na separação entre os sexos e quando não são desenvolvidas estratégias destinadas à construção de ambientes mais colaborativos.

Nesse sentido, raça, gênero, classe e território não constituem dimensões isoladas. Elas se articulam na produção das experiências dos estudantes e determinam diferentes possibilidades de participação nas práticas corporais. A Educação Física escolar pode, portanto, tanto reproduzir desigualdades socialmente constituídas quanto constituir um espaço pedagógico para sua problematização e enfrentamento.

Educação Física e Relações Étnico-Raciais

Outro núcleo identificado refere-se à necessidade de repensar o currículo da Educação Física escolar a partir das relações étnico-raciais. Mattos e Monteiro (2021) propõem a construção de um currículo insurgente fundamentado em estudos afrorreferenciados, na estética afro-diaspórica, na filosofia Ubuntu e em uma perspectiva intercultural.

As autoras problematizam a centralidade de referências eurocentradas na organização curricular e destacam seus efeitos sobre a representação dos corpos, a construção das identidades e as experiências de pertencimento dos estudantes. Nessa perspectiva, a Educação Física assume papel relevante por trabalhar diretamente com o corpo como forma de expressão, comunicação e produção cultural.

A incorporação de conteúdos relacionados às danças, músicas, esportes, lutas e demais práticas corporais de matriz africana e afro-brasileira amplia as possibilidades de reconhecimento da diversidade corporal e cultural presente na escola. A valorização da estética afro-diaspórica,

incluindo cabelos, corporeidades e outras formas de expressão identitária, pode constituir uma estratégia de enfrentamento aos padrões eurocentrados que historicamente orientaram parte significativa dos currículos escolares.

Essa perspectiva também dialoga com a implementação da Lei nº 10.639/2003, ao deslocar a educação das relações étnico-raciais de uma abordagem pontual para uma dimensão estruturante do currículo. A Educação Física, nesse sentido, não deve ser compreendida como área secundária na implementação de uma educação antirracista, mas como campo privilegiado para a problematização das representações sobre os corpos, as culturas e as identidades.

A filosofia Ubuntu, apresentada pelas autoras como referência para a construção de um currículo insurgente, acrescenta à discussão a dimensão do pertencimento e da coletividade. A valorização de referências negras pode contribuir para que estudantes negros encontrem no espaço escolar elementos de reconhecimento de suas histórias, culturas e identidades. Essa dimensão é particularmente relevante quando considerada em relação à saúde mental e às experiências de pertencimento no ambiente escolar. Da mesma forma, Silva, Saura e Zimmermann (2025) apontam caminhos para uma educação Física antirracista a partir do reconhecimento da diferença, da circularidade e da corporeidade e oralidade. Um olhar que desconstrua a perspectiva cartesiana e passe a trazer para o cotidiano valores em afroperspectiva.

Entretanto, embora a proposta apresente caminhos importantes para a construção de práticas pedagógicas afrorreferenciadas, o estudo não apresenta dados empíricos sistematizados capazes de mensurar os efeitos dessas estratégias sobre indicadores de saúde ou participação dos estudantes. Essa característica constitui uma das lacunas identificadas no conjunto da literatura analisada. Oliveira, Silvino e Finoqueto (2023) identificaram poucos diálogos existentes entre a Educação Física e a Lei n.º 10.639/2003, entretanto perceberam esforços em algumas práticas pedagógicas para aproximações com propostas antirracistas e de educação étnico-racial. Ao mesmo tempo os autores destacam as potencialidades e propõem possibilidades com as lutas, as danças, os esportes e os jogos e brincadeiras, alguns dos eixos temáticos da Educação Física escolar.

Práticas Pedagógicas Antirracistas

O terceiro eixo reúne estudos que discutem possibilidades de construção de práticas pedagógicas antirracistas na Educação Física escolar. Nesse conjunto, a perspectiva antirracista

aparece associada à necessidade de superar uma abordagem curricular centrada exclusivamente em referências eurocentradas e ampliar a presença de conteúdo, conhecimentos e práticas corporais de matriz africana e afro-brasileira.

Os estudos apontam que a educação antirracista não se limita à inserção de determinados conteúdos no planejamento docente. Ela pressupõe a revisão das formas de seleção, organização e abordagem dos conhecimentos, bem como a problematização das relações de poder presentes no currículo e nas experiências corporais vivenciadas pelos estudantes.

A tematização da capoeira, do jongo, das danças, das lutas, dos jogos e de outras práticas corporais de origem africana e afro-brasileira aparece como possibilidade de ampliar as experiências dos estudantes e valorizar conhecimentos historicamente marginalizados. Contudo, o potencial dessas práticas depende da forma como são pedagogicamente abordadas. A simples inclusão de uma prática corporal de matriz africana não garante, por si só, uma educação antirracista.

Nesse sentido, uma Educação Física comprometida com o enfrentamento do racismo precisa ultrapassar a perspectiva folclorizante, na qual manifestações culturais negras são apresentadas apenas em datas comemorativas ou como conteúdos descontextualizados. A perspectiva identificada no corpus aponta para a necessidade de compreender essas práticas como produções históricas, culturais e políticas, vinculadas às experiências, resistências e formas de organização da população negra.

A literatura analisada também evidencia a importância da formação docente. A ausência ou insuficiência de discussões sobre relações étnico-raciais nos processos formativos pode limitar a capacidade dos professores de problematizar situações de racismo, estereótipos e desigualdades presentes nas aulas. Assim, a construção de uma Educação Física antirracista exige não apenas materiais e conteúdo específico, mas também professores preparados para reconhecer e enfrentar as diferentes manifestações do racismo no cotidiano escolar.

Outro aspecto recorrente é a necessidade de compreender a Educação Física em uma perspectiva intercultural. A aproximação com outros campos de conhecimento amplia as possibilidades de construção de estratégias pedagógicas capazes de articular corpo, cultura, identidade, território, memória e pertencimento. Essa interdisciplinaridade mostra-se especialmente relevante diante da ainda limitada produção científica específica sobre relações étnico-raciais na Educação Física escolar apontada por parte dos estudos analisados.

A prática docente intencional e crítica pode favorecer processos educativos

comprometidos com a transformação das relações sociais. Nessa perspectiva, Corsino *et al.* (2024, p. 7) afirmam: “Não há coeducação sem antirracismo assim como não há antirracismo sem coeducação, a percepção de que os masculinos negros e brancos, assim como os femininos negros e brancos são tratados de modos distintos, requer perceber as conexões entre as identidades de gênero, orientação sexual, étnicas, raciais e de classe, de modo a ter o reconhecimento das diferenças como objetivo a ser alcançado”

Para isso é preciso que o professor tenha um olhar cuidadoso quanto ao seu processo formativo, quando não atentos e preparados para lidar com a situação os professores tendem a ter dificuldades para lidar com situações de conflitos indenitários nas aulas de Educação Física. Pensando nesse contexto o estudo de Cortes e Pereira (2024) resolveu mapear e analisar as produções acadêmicas do Mestrado Profissional em Educação Física em rede nacional (PROEF) entre os anos de 2013 a 2023. Como resultado os autores perceberam um aumento substancial das produções sobre interseccionalidade na Educação Física escolar, sendo nomes expressivos dos últimos anos nessas publicações, Luciano Corsino e Daniela Auad. Ademais, estes autores ainda reiteram o destaque dado por Corsino as contribuições da mesa temática organizada pelo grupo de trabalho temático (GTT) 04 (Gênero), o GTT 11 (movimentos sociais) e o GTT 13 (Relações Étnico- Raciais) no XXI Congresso Brasileiro de Ciências dos Esportes (CONBRACE) e IX Congresso Internacional de Ciências do Esporte (CONICE) como um marco grandioso do movimento negro e feministas (Oliveira; Silvino; Finoqueto, 2023).

Educação Física, Saúde e Desigualdades Raciais

O quarto eixo evidencia uma relação mais complexa entre Educação Física, racismo e saúde. Os estudos analisados permitem identificar duas linhas de discussão que nem sempre aparecem articuladas: de um lado, pesquisas que evidenciam os efeitos das desigualdades raciais sobre o acesso às práticas corporais e, conseqüentemente, sobre as condições de saúde; de outro, estudos que discutem o potencial da Educação Física escolar para a valorização das identidades negras e o enfrentamento do racismo.

No estudo de Silva *et al.* (2024), foi demonstrado que as desigualdades raciais e de gênero produzem impactos significativos a saúde física e mental da população negra, assim barreiras concretas no acesso a saúde e à realização de atividades físicas, especialmente em territórios marcados pela precariedade de infraestrutura e por diferentes formas de violência. Martins,

Vasquez e Mion. (2023), por sua vez, evidenciam que desigualdades de raça, classe, gênero e território também atravessam o tempo e as condições de participação nas aulas de Educação Física.

Esses achados permitem compreender que a promoção da atividade física não pode ser reduzida à responsabilização individual dos sujeitos. As possibilidades de adoção e manutenção de práticas corporais estão relacionadas às condições sociais, econômicas, territoriais e culturais em que os indivíduos vivem. Dessa forma, uma perspectiva de promoção da saúde comprometida com a equidade precisa considerar os determinantes sociais que estruturam as oportunidades de acesso às práticas corporais.

Ao mesmo tempo, os estudos que discutem a Educação Física antirracista ampliam a compreensão da saúde para além da dimensão estritamente física. A valorização da identidade, da cultura, da representação e do pertencimento pode contribuir para experiências escolares mais positivas e para o enfrentamento de processos de invisibilização e desvalorização dos estudantes negros.

Entretanto, essa é justamente uma das principais lacunas identificadas na literatura. Embora os estudos apresentem argumentos consistentes sobre a relação entre racismo, desigualdades sociais, práticas corporais e saúde, são menos frequentes as investigações empíricas que avaliam de forma sistemática os efeitos de práticas pedagógicas antirracistas desenvolvidas nas aulas de Educação Física sobre indicadores de saúde dos estudantes.

Há, portanto, uma distância entre a potencialidade teórico-pedagógica atribuída à Educação Física antirracista e a produção de evidências empíricas capazes de demonstrar seus efeitos sobre a saúde e a equidade racial. Essa lacuna aponta para a necessidade de novas pesquisas que articulem metodologias quantitativas, qualitativas e de métodos mistos, capazes de investigar simultaneamente as experiências dos estudantes, as práticas pedagógicas e os resultados relacionados à saúde.

De modo geral, o corpus analisado demonstra que a Educação Física escolar constitui um espaço relevante para o enfrentamento das desigualdades étnico-raciais. Entretanto, sua contribuição não se restringe à inclusão de conteúdos de matriz africana e afro-brasileira. Uma perspectiva efetivamente antirracista pressupõe a revisão dos currículos, das práticas pedagógicas, das relações estabelecidas no cotidiano escolar e das próprias concepções de corpo, cultura e saúde que orientam o ensino.

A literatura também evidencia que o racismo opera de maneira articulada a outras

desigualdades, especialmente gênero, classe social e território. Assim, pensar uma Educação Física escolar antirracista implica reconhecer a interseccionalidade como dimensão fundamental para compreender as diferentes experiências dos estudantes e para construir estratégias pedagógicas comprometidas com a equidade.

Por fim, embora existam avanços importantes na produção acadêmica sobre Educação Física escolar e relações étnico-raciais, permanece a necessidade de ampliar pesquisas empíricas que avaliem a implementação e os resultados das práticas pedagógicas antirracistas. A produção de evidências sobre seus efeitos na participação, no pertencimento, na saúde física e mental e na redução das desigualdades poderá contribuir para fortalecer a Educação Física como componente curricular estratégico na construção de uma escola socialmente justa, inclusiva e comprometida com o enfrentamento do racismo.

Esta revisão apresenta limitações relacionadas principalmente à heterogeneidade metodológica dos estudos analisados, às estratégias de busca e aos critérios de elegibilidade adotados, que podem ter restringido a identificação de outras evidências sobre a temática. A diversidade de abordagens, populações e estratégias de análise dificultou comparações diretas entre os estudos e impediu a realização de síntese quantitativa. Além disso, a escassez de pesquisas que articulem empiricamente Educação Física escolar, educação antirracista e indicadores de saúde limita a possibilidade de estabelecer relações causais entre as práticas pedagógicas e seus efeitos sobre a saúde dos estudantes.

CONSIDERAÇÕES

A presente revisão integrativa evidencia que a Educação Física escolar constitui um espaço relevante para a problematização das relações étnico-raciais e para o enfrentamento do racismo no contexto educacional. Os estudos analisados indicam que desigualdades de raça, gênero, classe social e território atravessam o acesso, a participação e as experiências dos estudantes nas práticas corporais, revelando que a Educação Física não está dissociada das estruturas sociais que produzem desigualdades.

Os achados também apontam para a importância de práticas pedagógicas que valorizem as culturas africanas e afro-brasileiras, as corporeidades negras, as estéticas afrodiaspóricas e diferentes formas de produção de conhecimento. A implementação de uma perspectiva antirracista na Educação Física, contudo, não deve se limitar à inserção pontual de conteúdos de

matriz africana e afro-brasileira, mas envolver uma transformação curricular e pedagógica capaz de reconhecer a diversidade, combater estereótipos e promover pertencimento e equidade.

No campo da saúde, os estudos sugerem que as desigualdades raciais e sociais interferem nas oportunidades de acesso às práticas corporais e, conseqüentemente, nas possibilidades de promoção da saúde. Entretanto, permanece uma lacuna importante na produção científica quanto à avaliação empírica dos efeitos de práticas pedagógicas antirracistas desenvolvidas especificamente nas aulas de Educação Física sobre a saúde física e mental, a participação e o bem-estar dos estudantes.

Diante disso, recomenda-se o desenvolvimento de novas pesquisas que articulem Educação Física, relações étnico-raciais e saúde por meio de diferentes abordagens metodológicas, especialmente estudos quantitativos, qualitativos e de métodos mistos capazes de avaliar tanto os processos pedagógicos quanto seus resultados. O fortalecimento dessa agenda de investigação poderá contribuir para consolidar a Educação Física escolar como componente curricular estratégico para a promoção da saúde, da equidade racial, do reconhecimento das identidades e da construção de uma educação efetivamente antirracista.

REFERÊNCIAS

- ALBERGARIA, R. Mobilidade dos corpos racializados: entre liberdade e interdição In: SANTINI, D; SANTARÉM, P; ALBERGARIA, R (orgs.). **Mobilidade Antirracista**. São Paulo: Autonomia Literária, P.345- 360, mar. 2021.
- CORTES, S. G de O; PEREIRA, M.C. Rumos da pesquisa brasileira em educação física escolar e a interseccionalidade. **Corpoconsciência**, Cuiabá, v. 28, p. e17944, ago 2024.
- CORSINO, L. N; BARRETO, S. M; VENÂNCIO, L; SANCHES NETO, L; CONCEIÇÃO, W. L da. Educação Física escolar e interseccionalidades: da coeducação ao antirracismo. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte** 46, pg.2-9, dez 2024.
- DARIDO, S. C. Educação física na escola: realidade, aspectos legais e possibilidades. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Prograd. Caderno de formação: formação de professores didática geral**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 21-33, v. 16.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Ubu Editora, 2020. *E-book kindle*.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Organização de Flavia Rios e Márcia Lima. Ed. e-book. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. Análítica da Colonialidade e da Decolonialidade: Algumas dimensões Básicas . In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson;

GROSFOGUEL, Ramón (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiásporico**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 50 - 61. 2019.

MANTOVANI, T. V. L; MALDONADO, D.T; FREIRE, E. dos S. A relação entre Saúde e Educação Física escolar: uma revisão integrativa. **Movimento (Porto Alegre)**, [S.L.], v. 27, p. 27008, 5 fev. 2021. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
<http://dx.doi.org/10.22456/1982-8918.106792>.

MARTINS, M. Z; VASQUEZ, V. L; MION, M P L. Associações entre gênero, classe e raça e participação nas aulas de Educação Física. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, [S. l.], v. 27, p. 1–8, 2023.

MATTOS, I. G de; MONTEIRO, P.T. Educação Física: corpos negros e insurgências epistêmicas. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte** 43, pg.2-7, jan 2021.

NOBREGA, Carolina Cristina dos Santos. Por uma educação física antirracista. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, Brasil, v. 34, n. Esp., p. 51–61, jul. 2020

OLIVEIRA,R. L de; SILVINO, F. C; FINOQUETO, L. C. P. Acenos para uma educação física antirracista: caminhos árduos a percorrer após 20 anos de implementação da Lei nº.10639/2003: Guiños a una educación física antirracista: arduos caminos aún por seguir después de 20 años de implementación de la Ley nº 10639/2003. **Revista Cocar**, [S. l.], v. 19, n. 37, p 1-20. out. 2023.

PALMA, A; DOS SANTOS ARAUJO, M; RODRIGUES, F.A.P .Pesquisa em atividade física e saúde: a urgência de uma epistemologia decolonial. **Rev Bras Ciênc Esporte**. 45: e20230053, 2023.

SANTOS, I. N Dos; BLACK, T. L de P; SILVA, K. V; SANTOS C. F. F.O racismo estrutural e seu impacto na saúde do adolescente afrodescendente brasileiro. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 34, p. 1-23, Ago, 2024.

SILVA, V. C. da; SAURA, S. C.; ZIMMERMANN, A. C. Práxis docente para uma Educação Física Escolar Antirracista. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, Brasil, v. 39, p. 1-8, nov 2025.